



Ofício nº 1818-12/CCF-CFP

Brasília, 27 de agosto de 2012.

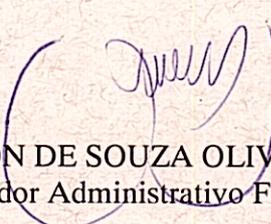
Ao Senhor,
SERGIO LUIS BRAGUINI
Conselheiro Tesoureiro do Conselho Regional de Psicologia – 8ª Região – PR
Curitiba - PR

Assunto: Resultado da Auditoria “*in-loco*”

Senhor Tesoureiro,

1. Enviamos para conhecimento a “Carta Conforto” referente ao resultado da auditoria realizada nesse Conselho Regional referente ao exercício de 2011.
2. As respostas e providências tomadas, relacionadas ao(s) ponto(s) aplicável (is), deverão ser encaminhadas ao Conselho Federal de Psicologia, em até 15 (quinze) dias a contar do recebimento deste, para que possamos dar prosseguimento às análises da prestação de Contas do referido exercício e, conseqüentemente, submetê-lo à aprovação do Plenário do CFP.

Atenciosamente,


GILSON DE SOUZA OLIVEIRA
Coordenador Administrativo Financeiro

CRP - 08
Rec. em: 30/08/12
Post. em: correio BRCC
N.º Prontuário: <i>Série 100</i>
Responsável: <i>Série 100</i>

**CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA
8ª REGIÃO**

CARTA CONFORTO

EXERCÍCIO DE 2011





**CARTA CONFORTO
REFERENTE AO EXERCÍCIO DE 2011.**

**AOS
DIRETORES E CONSELHEIROS
CONSELHO REGIONAL DE PSICOLOGIA 8ª REGIÃO
Curitiba - PR**

Prezados Senhores,

- 1- Examinamos as demonstrações contábeis do CRP 8ª Região, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2011, demonstrativo das variações patrimoniais, balanço orçamentário e balanço financeiro, para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis sendo que, os objetivos básicos do atual trabalho foram:
 - a) Permitir o conhecimento para emitir o parecer sobre os demonstrativos anteriormente referenciados, após a análise deste relatório pela alta administração do CFP.
 - b) Examinar com maior ênfase os controles internos processados pela Entidade, a fim de quantificarmos e qualificarmos os procedimentos contábeis a serem adotados no decorrer da auditoria.
 - c) Informar aos órgãos superiores, através de opinião formal, sobre os controles internos e situação contábil do exercício auditado;
- 2- Nossos exames foram conduzidos de acordo com as normas de auditoria aplicáveis no Brasil conforme Normas Brasileiras de Auditoria, em especial as NBCTA'S que requerem a realização dos exames com o objetivo de comprovar a adequada apresentação das demonstrações financeiras em todos seus aspectos relevantes. Portanto, nossos exames compreenderam, entre outros procedimentos: (a) o planejamento dos trabalhos, considerando a relevância dos saldos, o volume das transações, o sistema contábil e de controles internos da Entidade; (b) a constatação, com base em testes das evidências e dos registros que suportam os valores e as informações contábeis divulgadas; (c) a avaliação das práticas e das estimativas contábeis mais representativas adotadas pela administração da Entidade bem como a apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.
- 3- Neste trabalho, bem como em todos os demais realizados para o CFP e CRP'S aplicamos na totalidade a "NBC PA 02 – Independência", das Normas Brasileiras de Contabilidade inclusive onde se encontra determinado no item "9" que "a condição de independência é fundamental e óbvia para o exercício da atividade de auditoria independente. Entende-se como independência o estado no qual as obrigações ou os interesses da entidade de auditoria são, suficientemente, isentos dos interesses das entidades auditadas para permitir que os serviços sejam prestados com objetividade. Em suma, é a capacidade que a entidade de auditoria tem de julgar e atuar com integridade e objetividade, permitindo a emissão de relatórios imparciais em relação à entidade auditada". Foi também considerado que, conforme determina a NBC TA 200 "no caso de trabalho de auditoria ser de interesse público e, portanto, exigido pelo Código de Ética Profissional do Contabilista e pelas normas profissionais do CFC, se exige que o auditor seja independente da entidade sujeita a auditoria. A independência do auditor frente à entidade salvaguarda a capacidade do auditor de formar opinião de auditoria sem ser afetado por influências que poderiam comprometer essa o-





pinião". Assim sendo mantivemos nossa total independência não nos deixando influenciar por sugestões e/ou qualquer outra situação oriunda de funcionários ou administradores do cliente.

4- No decorrer dos trabalhos indicados nos itens anteriores procedemos nossos exames de acordo com a metodologia, técnica e premissas a seguir especificadas:

a. Foram realizados através de técnicas de amostragem estatística com a finalidade de racionalizar e obter uma maior efetividade junto aos procedimentos a serem utilizados. Em consequência não se deve interpretar que todas as eventuais deficiências existentes foram identificadas, podendo fazer com que outras observações sejam caracterizadas em futuros trabalhos que poderão ser realizados.

b. Os sistemas contábeis e de controles internos, embora sendo de responsabilidade da administração da auditada, dentro de um cronograma de trabalho previamente estabelecido, foram por nós analisados. Nas análises efetuadas destes controles internos deve ser observado que uma deficiência é a condição na qual a concepção de um ou mais elementos do mesmo determina a possibilidade de ocorrer erros ou irregularidades em valores significativos ou não nas demonstrações financeiras. Assim sendo, nossa consideração do sistema de controle interno, não expõe necessariamente todos os assuntos do referido sistema.

5- As assertivas anteriores estão corroboradas no documento "Declaração de Conhecimento sobre a Independência do Auditor no Trabalho (Termo de Concordância com os Trabalhos)" que se encontra assinado pela administração do CRP aceitando e concordando com suas premissas. Esta concordância descreve inclusive que "os procedimentos de auditoria dependem do julgamento do auditor" e que "devido às limitações inerentes de controle interno, há um risco inevitável de que algumas distorções relevantes possam não ser detectadas". Também, no documento igualmente assinado pela administração do CRP denominado de "Carta de Responsabilidade da Administração" a direção da Entidade informa, entre outras assertivas, que nos deu "acesso a todas as informações que são de sua ciência"; "todas as transações foram registradas na contabilidade" e que "divulgaram a nós auditores os casos conhecidos de não conformidade ou suspeita de não conformidade com leis e regulamentos, cujos efeitos devem ser considerados na elaboração das demonstrações contábeis".

6- ALCANCE DAS VERIFICAÇÕES, ANÁLISES E CONSTATAÇÕES – CONTÁBIL

a. Evolução e Comparação dos Saldos

Com o intuito de demarcarmos os valores mínimos e máximos da documentação de suporte a ser examinada, bem como selecionarmos as rubricas que apresentaram maior movimentação, realizamos a evolução dos saldos indicados nos balancetes. Ao final do exercício comparamos os saldos de 2011 com os de 2010, verificando o percentual de modificação o que nos proporcionou a análise com maior ênfase das contas/grupos que tiveram maior variação entre os dois períodos. Realizamos o mesmo procedimento no que diz respeito às receitas e despesas do exercício auditado.

b. Análise Contábil e de Procedimentos

No decorrer de nosso trabalho examinamos com maior ênfase as seguintes contas/rubricas:

- Disponível – Bancos Conta Movimento





- Disponível – Bancos Conta Arrecadação
- Disponível – Responsável por Suprimento de Fundos
- Disponível Vinculado em C/C Bancária – Aplicações Financeiras
- Realizável – Adiantamentos
- Créditos – Dívida Ativa
- Dívida Flutuante – Consignações
- Dívida Flutuante – Credores da Entidade
- Dívida Flutuante – Entidades Públicas Credoras

c. Alcance das Verificações e Análises

Basicamente, no decorrer de nosso trabalho identificamos a movimentação ocorrida no período analisado, e de acordo com a materialidade determinada pelos nossos programas, examinamos os lançamentos contábeis tanto nas partidas quanto nas respectivas contrapartidas, verificando inclusive a documentação que os suporta. Revisamos os lançamentos nas contas e rubricas auditadas não observando qualquer valor ou operação julgada incomum. Testamos contas específicas para um período abrangendo alguns dias antes e após o balanço, constatando a legitimidade das operações. Confrontamos as liquidações das contas a receber ocorridas no período auditado bem como examinamos os comprovantes das liquidações e a contabilização propriamente dita. Auditamos a atualização dos saldos por força legal ou contratual e sua respectiva contabilização. Revisamos as demais “contas a receber” em complemento aos exames antes descritos, constatando que as mesmas representam créditos autênticos, decorrentes das atividades normais da empresa, que os valores são efetivamente realizáveis e estão devidamente classificados nas demonstrações financeiras da empresa, em função dos prazos contratuais ou habituais das operações ou em razão de sua natureza. Analisamos as adições e baixas ocorridas no exercício, conferimos a política de capitalização. Verificamos o inventário patrimonial comparando os saldos com os valores contábeis. A partir da posição das principais contas de fornecedores efetuamos a conferência dos saldos contábeis contra os controles de contas a pagar, bem como realizamos o confronto do total com a conta do razão geral, e a comparação dos vencimentos com os pagamentos efetuados. Nas demais contas a pagar selecionamos as principais contas e rubricas e comparamos os saldos de balanço contra a ficha contábil analítica, bem como verificando os pagamentos subsequentes. Em geral, realizamos testes documentais sobre os pagamentos lançados, examinamos os resumos ou registros de compras, para um período imediatamente anterior ao fechamento do balanço não detectando qualquer valor ou operação julgada incomum ou anormal. Identificamos as contas sujeitas à atualização e encargos por força contratuais ou legais, no sentido de certificarmos-nos de que estes encargos encontram-se devidamente reconhecidos e provisionados até a data do balanço. Examinamos a documentação ou registros de compras e de contas a pagar certificando-nos que todos os passivos encontram-se efetivamente registrados na data do encerramento do exercício, inclusive por riscos conhecidos ou calculáveis. Examinamos os saldos das obrigações fiscais, sociais e trabalhistas constatando a correta discriminação contábil destas obrigações. Auditamos as demais contas a pagar incluindo provisões e liquidações subsequentes.

d. Características e Análises Específicas

- Imobilizado

Realizamos as análises inerentes ao imobilizado constatando como ponto aplicável que inexistente um inventário dos bens patrimoniais de acordo com a boa norma administrativa e



financeira e do CFP. Mesmo com procedimentos alternativos de auditoria não foi possível confirmarmos os saldos gravados no balanço e demonstrativos, o que será motivo de ressalva em nosso parecer de auditoria.

- Licitações - Convite

Verificamos, utilizando-nos do método de escolha aleatória os convites a seguir discriminados, onde constatamos: se há ato de designação da comissão de licitação; os principais documentos exigidos para que uma empresa participe desta licitação; quais as empresas participantes do processo licitatório; quais as consideradas classificadas ou desclassificadas; a existência de recurso, e caso positivo quais as participantes que os interpuseram, bem como se os recursos foram acatados ou não; os preços cobrados e a empresa vencedora bem como o motivo de a assim ter sido declarada. Verificamos ainda se as propostas e os documentos as instruíram estão de acordo com as exigências do Edital; se as atas relatórios e deliberações da comissão julgadora encontram-se anexadas ao processo; se os conteúdos destes documentos estão compatíveis com as exigências do Edital e se os atos de adjudicação do objeto da licitação foram aprovados pela autoridade ordenadora. A seguir identificamos os processos licitatórios examinados:

TIPO E NÚMERO	CARTA CONVITE N ^o . 001/2011- NOVAÇÃO.	CARTA CONVITE N ^o . 004/2011 - NOVAÇÃO	CARTA CONVITE N ^o . 002/2011.
OBJETO	Locação de ônibus para Reunião Plenária em Londrina	Contratação de Agência de Publicidade e Propaganda.	Contratação de Serviços de locação e de ônibus para Reunião Plenária em Maringá.
DATA DO EDITAL	14/03/2011	05/12/2011	04/07/2011
DATA DA LICITAÇÃO	11/04/2011(Novação)	26/01/2012 (Novação)	28/07/2011(Novação)
NÚMERO DE EMPRESAS QUE RETIRARAM O EDITAL (OU FORAM CONVIDADAS)	08	10	06
NÚMERO DE EMPRESAS QUE EFETIVAMENTE PARTICIPARAM	01	01 na 1ª abertura (19/12/2011). E 02 na Novação do Convite em 26/01/2012.	01
DATA DO CONTRATO	14/04/2011	O Contrato à nós disponibilizado não apresenta data. Constatamos, entretanto, que na Cláusula 4ª - Vigência e Prazo do Contrato – o mesmo vigorará e 1º de Fev/2012 a 1º de Fev/2013.	02/08/2011

- Licitações – Pregão Presencial

Examinamos as licitações na forma de “pregão presencial”, a partir das premissas indicadas no item anterior e conforme a seguir sintetizado




TIPO E NÚMERO	PREGÃO PRESENCIAL N ^o 001/2011	PREGÃO PRESENCIAL N ^o 002/2011	PREGÃO PRESENCIAL N ^o 007/2011.
OBJETO	Contratação de Empresa de Vídeo p/realização de WEBCAST e Produção de Vídeos Institucionais e/ou de Eventos sob Demanda.	Contratação de Empresa para fornecimento de Passagens Rodoviárias.	Empresa para fornecimento e manutenção/suporte técnico de software de controle contábil, orçamentário e administrativo.
DATA DO EDITAL	14/04/2011	No documento à nós disponibilizado inexistente uma data, entretanto, na Novação está com data de 21/07/2011.	04/11/2011
DATA DA LICITAÇÃO	03/05/2011	21/07/2011 - Não compareceram interessados. Novação em 11/08/2011.	22/11/2011
NÚMERO DE EMPRESAS QUE EFETIVAMENTE PARTICIPARAM	04	01	01
DATA DO CONTRATO	Não observamos no Processo nós disponibilizado a data do contrato.	16/08/2011	28/11/2011

- **Seguros**
Examinamos os seguros realizados pelo Conselho junto a seus Bens Patrimoniais constatando que os mesmos estão de acordo e cobrem qualquer eventual sinistro.
- **Retenção de Impostos**
No decorrer de nosso trabalho, examinamos pagamentos efetuados constatando o cumprimento do previsto pela Instrução Normativa SRF n^o 480, de 15 de dezembro de 2004, alterada pela IN SRF n^o 539 de 25 de abril de 2005.
- **Recursos Humanos**
Examinamos, por amostragem, a validade dos procedimentos adotados no que se refere a confecção da folha de pagamento bem como as demais atividades da área de recursos humanos.
 - Em especial verificamos as admissões de "Ricardo Giovanni Jarosky"; "Zenaide Carpanez, onde na ficha de registro não se encontrava – à época de nossas análises - a fotografia"; "Elisandra Mirandola Krause" e de "Vivian Fiorio". Auditamos as rescisões contratuais de "Licemar Vieira Melo"; "Joneia Tawamoto"; "Maria Eloisa Menossi"; "Alicia Baptista Quintanilha" e de "Fernando Rodrigo Janisch".
- **Utilização de Passagens Aéreas**
Examinamos uma série de documentos referentes às viagens aéreas patrocinadas pelo CRP, sendo que nossas constatações encontram-se a seguir sintetizadas:



NOME	MOTIVO	DE	PARA	AU-TORI-ZA-ÇÃO ASSI-NADA	DATA DA PARTIDA	DATA DO RETORNO	TICKET DE EM-BARQUE ANEXA-DO?
MARCIA REGINA WALTER	7o CONGRESSO NORTE NORDESTE DE PSICOLOGIA-70 CONPSI	CURITIBA	SÃO PAULO/SALVA-DOR/CURITIBA	SIM	11/05/12	15/05/12	N
MARIA SEZINEIDE C.DE MELO	ENCONTRO NAC. DE TRABALHADORES DA ASSISTENCIA SOCIAL	MARINGA	CURITIBA/BRASILIA/SÃO PAULO / MARINGA	SIM	29/03/11	31/03/11	N
DENISE MATOSO	MOVIMENTO PARA O CONSELHO Dacomunicação- FRENTEX	LONDRINA	SÃO/BSB/LONDRINA	SIM	18/04/11	19/04/11	N
FERNANDA ROSSETO	PLANEJAMENTO ESTRATÉGICO-ÁLCOOL E OUTRAS DROGAS	CURITIBA	BRASILIA	SIM	16/03/11	18/03/11	N
NELSON FERNANDES JR	X CONGRESSO NACIONAL DE PSIC.ESCOLAR E EDUCACIONAL-CONPE	CURITIBA	MARINGÁ	SIM	03/07/11	06/07/11	N
SÉRGIO RICARDO BELON DA R.VELHO	IV ENCONTRO DE PSIQUIATRIA E SAUDE MENTAL DEFOZ DO IGUAÇÚ	LONDRINA	CWB/FOZ DO IGUAÇU	SIM	11/08/11	14/08/11	N
SÉRGIO LUIS BRAGHINI	SEMINÁRIO DE METODOLOGIA DE PESQUISA DO CREPOP	SÃO PAULO	BRASILIA	SIM	15/07/11	16/07/11	N
JOSÉ CARLOS CAPELARI	AUDIÊNCIA CONCILIATÓRIAS	MARINGA	CWB	SIM	17/11/11	17/11/11	S
LEANDRO CARLOS BONIERSKI	TREINAMENTO SOBRE AS NOVAS REGRAS DE CONTABILIDADE PÚBLICA	CURITIBA	BRASILIA	SIM	16/09/11	17/09/11	S
SÉRGIO BRAGHINI	SA MOSTRA DE PRÁTICAS EM PSICOLOGIA	SÃO PAULO	RIO DE JANEIRO	SIM	21/07/11	23/07/11	N
ADRIANO FURTADO HOLANDA	REUNIÃO DAS COMISSÕES REGIONAIS DE DIREITOS HUMANOS	CURITIBA	BRASILIA	SIM	19/08/11	21/08/11	N
MARLY PERRELLI	PLANEJAMENTO ESTRATEGICO SOBRE O CAMPO DA PSICOLOGIA DAS EMERGENCIAS E DESASTRES E POLÍTICA NAC.DE DEFESA CIVIL	07/04/11	CURTIBA	BRA-SILIA	07/04/11	09/04/11	N

e. Controles Internos

No decorrer de nossos trabalhos examinamos os controles internos processados pela Entida-



de, dando maior ênfase aos a seguir relacionados:

- Suprimento de Fundos
- Contas a Pagar
- Contas a Receber
- Recebimentos e Pagamentos

f. Balanço e Demonstrações

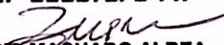
Examinamos a formatação do Balanço Patrimonial e demais demonstrativos constatando que os mesmos apresentam consistência e validade nos saldos demonstrados. A inexistência de um inventário formal será caracterizada como ressalva mesmo tendo o Conselho uma contabilidade que identifica seus bens.

Brasília, 11 de maio de 2012.



**SOMA - AUDITORIA, MÉTODOS ORGANIZACIONAIS E
SISTEMAS**

CRC-DF nº 000378/S-PR


ZAIDA MARIA MACHADO ALBEA
Contadora CRC-DF nº 007625/S-PR

